



103

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife / PE, CEP: 50010-230 - gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br

HABEAS CORPUS Nº: 0008615-43.2014.8.17.0000 (0347234-2)

PROCESSO 1º GRAU N.º: 0001176-25.2014.8.17.1020

COMARCA : Ouricuri – 1ª Vara Criminal
IMPETRANTE : Maria Natal E. Freire
PACIENTE : José Leite Ribeiro
PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATORA : Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ARTS. 14 E 16 DA LEI 10.826/2003. ART. 168 DO CÓDIGO PENAL E ART. 4º, §2º, II, DA LEI 1.521/51. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO. INOCORRÊNCIA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR RECOMENDADA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA.

I – Não se há falar em falta de fundamentação da prisão cautelar hábil a ensejar a sua revogação, se esta foi decretada como garantia da ordem pública, em face da comprovada existência dos crimes, de indício suficiente de autoria e da periculosidade concreta residente no *modus operandi* do paciente.

II – Necessária a manutenção do decreto constritivo, eis que, a liberdade do paciente é potencialmente geradora de sérios riscos à sociedade local, não se revelando adequada e suficiente a adoção de outras medidas cautelares substitutivas à custódia para o resguardo da paz social, a manutenção da prisão cautelar é medida que se impõe.

III - Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0347234-2 no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, ²⁴ de setembro de 2014.


Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



104

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife / PE, CEP: 50010-230 - gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br

HABEAS CORPUS Nº: 0008615-43.2014.8.17.0000 (0347234-2)

PROCESSO 1º GRAU N.º: 0001176-25.2014.8.17.1020

COMARCA : Ouricuri – 1ª Vara Criminal

IMPETRANTE : Maria Natal E. Freire

PACIENTE : José Leite Ribeiro

PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz

RELATORA : Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

RELATÓRIO

A Bela. Maria Natal E. Freire impetrou pedido de ordem de *habeas corpus*, sem pedido de liminar, em favor de José Leite Ribeiro, qualificados às fls. 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ouricuri (fls. 02/11).

Em apertada síntese, a impetrante sustenta que inexistente fundamentação idônea para a decretação da prisão cautelar, a qual foi aplicada com esteio em meras conjecturas, sob o argumento de que solto o paciente poderá voltar a delinquir, o que configura nítido constrangimento ilegal (fls. 04/07).

Alega que o paciente é primário e de bons antecedentes, inexistindo nos autos comprovação de ser pessoa perigosa, e que, por tais argumentos, não existe razão para a decretação de sua prisão preventiva. (fls. 03-10).

Pugna pela concessão da ordem de *habeas corpus*, para que seja cassado o decreto prisional preventivo ante a sua indisfarçável ilegalidade. (fls. 09).

Em despacho de fls. 55, solicitei informações à autoridade apontada coatora, que as prestou às fls. 62.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, manifestou-se pela denegação da ordem de *habeas corpus*.

B



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife / PE, CEP: 50010-230 - gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br

É o que importa relatar.

Recife, 24 de setembro de 2014.


Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



105

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife / PE, CEP: 50010-230 - gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br

HABEAS CORPUS Nº: 0008615-43.2014.8.17.0000 (0347234-2)

PROCESSO 1º GRAU Nº: 0001176-25.2014.8.17.1020

COMARCA : Ouricuri – 1ª Vara Criminal

IMPETRANTE : Maria Natal E. Freire

PACIENTE : José Leite Ribeiro

PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz

RELATORA : Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

VOTO

Conforme relatado, a impetrante sustenta que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em razão de decreto preventivo carente de fundamentação, hábil a justificar a necessidade de segregação cautelar.

Consta nos autos indícios que **José Leite Ribeiro** praticou as condutas tipificadas nos artigos 14 e 16 da Lei n.º 10.826/03, art.168 do Código Penal Brasileiro e art.4, § 2º, inciso II da Lei 1.521/51.

O decreto preventivo contra o qual a impetrante se insurgem está fundamentado nos seguintes termos: (Fls. 75-79)

“(...)Deflui-se da comunicação, que no dia 02 de julho de 2014, que o acusado, supostamente havia se apropriado de uma motocicleta da vítima, em razão de débito que o filho da vítima tinha com o acusado. 4. Consta ainda, que os policiais civis ao adentrarem da residência do acusado com a permissão do mesmo encontraram ainda uma espingarda cal.28mm, um revolver cal.38, 28(vinte e oito munições) intactas cal.38, 9(nove) munições cal.9mm alocadas no carregador de pistola 9mm, 02(dois) cartuchos cal.36 carregados, uma faca Tramontina, a importância de R\$ 9.250,00(nove mil e duzentos e cinquenta reais), várias promissórias, inclusive em nome da vítima, cheques, cartões de banco, documentos de veículos, uma motocicleta Honda CG 150 fan ESI, placa PGT 0275, outra motocicleta Yamaha placa DOK 5753, uma saveiro branca KMV 5974, uma moto-serra e uma televisão de 21(vinte e uma) polegadas. (...)O artigo 302, incisos I a IV, do Código de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife / PE, CEP: 50010-230 - gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br

Processo Penal veicula rol taxativo de três modalidades de prisão em flagrante. Os incisos I e II tratam da situação de flagrância em sentido estrito, ou seja, quando o autor do fato é preso durante o cometimento da infração ou quando acaba de cometê-la. O inciso III, por seu turno, trata do estado de flagrância denominado pela doutrina como flagrante impróprio ou quase-flagrante, ou seja, daquele que é perseguido, logo após, em situação que faça presumir seja o autor da infração. Já o inciso IV, trata do flagrante presumido, retratando a prisão daquele que é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração. 7. O autuado foi preso cometendo do delito em exame, conforme declarações prestadas em sede policial. 8. Inobstante a legalidade do flagrante, ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança (art. 5º, inciso LXVI, da CF, e art. 283 do CPP). 9. Por seu turno, o artigo 310 do Código de Processo Penal, com a redação da Lei 12.403, de 05 de maio de 2011, estabelece que: "Art. 310. Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente: I - relaxar a prisão ilegal; ou II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. Parágrafo único. Se o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato nas condições constantes dos incisos I a III do caput do art. 23 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, poderá, fundamentadamente, conceder ao acusado liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de revogação. 10. Com efeito, determina o artigo 312, do Diploma Processual Penal, com a redação dada pela Lei nº 12.403/11, que: "A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria." 11. Resta presente, no caso



106

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife / PE, CEP: 50010-230 - gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br

concreto, o requisito basilar para decretação da medida cautelar o fumus commissi delicti, consistente na prova da existência do crime e nos indícios razoáveis de autoria, ante os depoimentos e as declarações. 12. In casu, a condição de admissibilidade resta, igualmente, presente, nos termos do artigo 313, inciso I, do Código de processo Penal, com redação dada pela Lei nº 12.403/11¹, uma vez que os crimes imputado ao autuado auferem pena privativa de liberdade máxima, in abstrato, superior a 04 (quatro) anos de reclusão, pois tratar-se-á, em tese, de porte de arma restrita e posse, crime contra a economia popular e apropriação indébita. 13. No que tange aos motivos para a conversão da custódia pré-cautelar em prisão preventiva do autuado, vislumbro a existência de fundamento autorizador, previsto no artigo 312, do Código de Processo Penal, assim como se trata de hipótese de aplicação do § 6º, do artigo 282, do codex supra-aludido, por conseguinte, visualizo a presença do periculum libertatis. 14. Dessarte, a ordem pública acha-se vulnerada, pois existem nos autos elementos objetivos e concretos a indicar que, solto, o autuado voltem a delinquir, pela análise sucinta dos autos. 15. Restando, por conseguinte, demonstrado, in concreto, a necessidade e adequação da extrema ratio da ultima ratio em face da evidentemente elevada periculosidade do autuado, consubstanciada na quantidade de material apreendido na residência do acusado, o que indica de forma clara e segura que, caso o autuado seja solto, volte a praticar crimes desta natureza”.

Muito embora a impetrante alegue que o decreto preventivo carece de fundamentação hábil a demonstrar a necessidade de constrição cautelar do paciente, observa-se que a referida decisão preenche os requisitos constantes do art. artigo 312² do Código de Processo Penal que, no presente caso, está embasado na garantia da ordem pública.

¹ Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva:

I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

(...)

² Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife / PE, CEP: 50010-230 - gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br

Depreende-se, ainda, que o decreto prisional cautelar está fundamentado na prova de existência do crime, nos indícios suficientes de autoria e na periculosidade concreta do paciente, consubstanciada no *modus operandi* e revelada pela prática de diversos crimes.

Consta no termo de Apreensão e Apresentação que foram apreendidos diversos cartões bancários, e de bolsa família, vários CRV, todos em nome de terceiros, além de armas e munições, evidenciando assim, a periculosidade do paciente. (fls. 89-92).

Após análise do decreto preventivo, observa-se que a prisão preventiva encontra-se devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, inexistindo constrangimento ilegal.

Destarte, dúvida não há de que a concessão da liberdade seria potencialmente geradora de sérios riscos à sociedade local, não se revelando adequada e suficiente a adoção de outras medidas cautelares substitutivas à custódia para o resguardo da paz social.

Quanto à alegação de que o paciente é primário e de bons antecedentes, é cediço que tais condições não são garantidoras de eventual direito subjetivo à liberdade provisória, quando a necessidade da prisão é recomendada por outros elementos, o que é o caso dos autos.

Nessa senda, colaciono o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. DUPLO HOMICÍDIO QUALIFICADO. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO EM FATOS CONCRETOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

[...]

4. As condições pessoais favoráveis do agente, tais como domicílio certo e exercício de atividade lícita, não impedem a manutenção da



107

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife / PE, CEP: 50010-230 - gabdes,daisy.pereira@tjpe.jus.br

segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais, como se dá na hipótese dos autos.

5. Habeas corpus denegado.

(HC 207.154/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 20/10/2011).

Dessa forma, presentes os requisitos do art. 312, do Código de Processo Penal, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, denego a ordem de *habeas corpus preventivo*, mantendo a prisão cautelar decretada em desfavor de **José Leite Ribeiro**.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2014.


Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora

108